

**HABEAS CORPUS Nº 443.610 - SP (2018/0074790-3)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE : EDUARDO MOREIRA DE ANDRADE**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : EDUARDO MOREIRA DE ANDRADE (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado de próprio punho por EDUARDO MOREIRA DE ANDRADE apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Informa o impetrante/paciente que obteve o direito à saída temporária de final de ano e, ao retornar ao regime semiaberto, foi vítima de tentativa de assassinato, afirmando que, quando adentrou o estabelecimento prisional, recebeu uma pancada na cabeça e desmaiou. Acrescenta que foi jogado em uma mata e foi obrigado a ficar foragido.

Assevera, por isso, que está sendo acusado de ter praticado falta disciplinar de natureza grave.

Sustenta que foi condenado administrativamente, mas que no processo administrativo houve violação dos princípios do devido processo legal e da ampla defesa e do contraditório, pois não foi assistido por advogado. Alega que as testemunhas arroladas por ele não foram ouvidas, e não foram requisitados os documentos entregues antes de sua condenação disciplinar.

Por fim, aduz nulidades impossíveis de serem sanadas, requerendo que seja determinado que tudo seja refeito.

Pede, liminarmente, que seja cassada a decisão administrativa, restabelecendo o regime semiaberto até o final do julgamento.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 28/29).

Foram prestadas as informações (e-STJ fls. 34 e 37/73).

A Defensoria Pública estadual, à e-STJ fl. 77, manifestou-se nos seguintes termos:

# Superior Tribunal de Justiça

*O paciente protocolizou, de próprio punho, a presente petição requerendo, ao que parece, providências em relação à sindicância que responde por prática de falta de natureza grave.*

*Conforme informações prestadas, o E. TJ/SP indeferiu liminarmente habeas corpus lá impetrado.*

*Porém, foi informado, que ainda está em andamento a referida sindicância (fls. 34).*

*Ademais, a análise sobre falta grave em execução penal exige a consulta pormenorizada do processo executacional do paciente, situação que não é possível de ser feita nesses autos.*

*Contudo, no sentido de preservar os interesses do paciente, caso V. Exa., entenda pela não concessão da ordem de ofício como requerida na inicial, solicitamos que a presente petição seja encaminhada ao juízo de execuções penais de Marília-SP, responsável pela execução penal do paciente para análise do seu processo, e para tomada de eventuais providências, e benefícios, com vista à Defensoria Pública local.*

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *habeas corpus* (e-STJ fls. 80/83).

É, em síntese, o relatório.

Como relatado, a controvérsia trazida no presente *writ* nem sequer foi apreciada pelo Tribunal de origem, que indeferiu liminarmente os *habeas corpus* originários (HCs 0040675-15.2017.8.26.0000, 0045587-55.2017.8.26.000 e 0056572-83.2017.8.26.0000) em razão da deficiente instrução dos autos, de maneira que o exame de tais questões pelo Superior Tribunal de Justiça, sobrepujando a competência da Corte estadual, implicaria indevida supressão de instância e violação dos princípios do duplo grau de jurisdição e do devido processo legal.

Nesse sentido:

*PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. SENTENÇA CONDENATÓRIA. NEGATIVA DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. REITERAÇÃO DELITIVA, E NATUREZA E QUANTIDADE DA DROGA APREENDIDA. ILEGALIDADE. NÃO CONFIGURADA. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO, E, NESTA PARTE, IMPROVIDO.*

*1. Matéria não apreciada pelo Tribunal a quo, também não pode ser objeto de análise nesta Superior Corte, sob pena de indevida supressão de instância.*

[...]

# *Superior Tribunal de Justiça*

3. *Recurso em habeas corpus parcialmente conhecido, e, nesta parte, improvido* (RHC 68.025/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 17/05/2016, DJe 25/05/2016, grifei).

Ante o exposto, **não conheço do *habeas corpus***. Contudo, determino o encaminhamento de cópia dos presentes autos à Defensoria Pública do Estado de São Paulo, com atuação perante o Juízo da Vara das Execuções Criminais da Comarca de Marília/SP, para que requeira, em nome do paciente, o que entender de direito.

Publique-se. Intimem-se.

Dê-se ciência ao interessado.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator